



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO CEARÁ (CRMV-CE), Pessoa Jurídica de Direito Público, Autarquia Federal com autonomia administrativa e financeira, criada pela Lei nº 5.517, de 23/10/1968, com sede localizada à Rua Dr. José Lourenço, nº 3288. Joaquim Távora, Fortaleza/CE, CEP: 60.115-282, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.622.443/0001-09, torna público que, na forma da Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 3.555/2000, Lei nº 8.666/93, demais normas pertinentes e ainda, mediante as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, fará realizar LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO, referente ao Processo Administrativo CRMV-CE nº 4311/2018, que tem como objeto, A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, SOB DEMANDA, PARA O FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, APURADO PELO MENOR VALOR OFERTADO PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS.

## 1 – DA ABERTURA

1.1 – A Comissão de Pregão é composta do pregoeiro já mencionado e da seguinte Equipe de Apoio:

Pedro Alves de Oliveira Neto - Pregoeiro

Equipe de Apoio:

Francisca Ingrid Mourão Lobo Melo;

Gilberto Gomes Coriolano;

Silvana Maria Pereira Santana.

A referida comissão receberá as propostas de preço em sessão pública a ser realizada conforme descrito abaixo:

a) **Local do recebimento das propostas de preço:** Sala de Reunião do CRMV-CE localizado na Rua Dr. José Lourenço 3288 – Fortaleza/CE.

b) **Data:** 21/06/2018;

c) **Horário:** 09h00min horas;

1.2 – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do pregoeiro em contrário.

1.3 – Para maiores informações ou esclarecimentos acerca deste processo licitatório, os interessados poderão entrar em contato pelo telefone (85) 3272-4886 no horário de 13h30min as 17h00min horas, de segunda a sexta, ou ainda encaminhar pedido por escrito destinado à Comissão de Pregão situada na sede deste CRMV .



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

## **2 – DO OBJETO**

Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional e outros serviços correlatos para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará (CRMV-CE), conforme Termo de Referência que integra este Edital.

2.1 - A passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isso represente toda a contratação.

2.2 - Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

## **3 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 – Poderão participar desta licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e em seus anexos.

3.2 – Não poderão participar os interessados que se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar pelo CRMV-CE.

3.3 – Não será levada em consideração proposta apresentada por consórcio de empresas.

3.4 – Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, deste procedimento de contratação:

3.4.1 – as empresas cujos dirigentes, gerentes, sócios e responsáveis técnicos, haja alguém que sejam Conselheiro, empregados do Sistema CFMV/CRMVs, ainda que ocupante de cargo em comissão, e qualquer pessoa que com eles mantenham vínculo empregatício ou de sociedade;

3.4.2 – as empresas consideradas inidôneas por Órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal;

3.4.3 – quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei 8.666/93;

3.4.4 – empresa cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão.

3.5 – A participação no procedimento de contratação implica, automaticamente, a aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdos deste edital e de seus anexos regulamentado(s), instruções e normas aplicáveis.



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

3.6 – O edital e seus elementos constitutivos encontram-se à disposição dos interessados na recepção do CRMV-CE ou no site: [www.crmv-ce.org.br](http://www.crmv-ce.org.br).

#### 4 – DO CREDENCIAMENTO

4.1 – Os proponentes deverão se fazer representar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo, ainda, no ato de entrega dos envelopes, identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente.

4.1.1 – O credenciamento far-se-á através de instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida, **com poderes para formular ofertas e lances de preço e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do Proponente.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhados da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.1.2 – A não apresentação ou a incorreção do documento de credenciado não desqualificará a empresa, mas impedirá o seu representante de se manifestar durante a reunião de abertura dos envelopes.

#### 5 – DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 – A proposta de Preço e os documentos que a instruírem deverão ser apresentados no local, dia e hora determinados, em 02 (dois) envelopes devidamente fechados e rubricados no fecho, contendo em sua parte externa os dizeres:

ENVELOPE N.º 01 – DA PROPOSTA  
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 003/2018  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

ENVELOPE N.º 02 – DA DOCUMENTAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 003/2018  
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE

#### 6 – DA PROPOSTA – ENVELOPE N.º 01

6.1 – A proposta contida no Envelope n.º 01 deverá ser apresentada da seguinte forma:

6.1.1 – Ser datilografada ou digitada em papel timbrado da empresa, escrita em português, sem borrões, emendas, rasuras ou entrelinhas não ressalvadas, datada e assinada na última folha e rubricada nas demais, acondicionadas em envelope lacrado de n.º 01;

6.1.2 – Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura das Condições de fornecimento.



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

6.1.3 – Especificar de forma clara os produtos e serviços oferecidos, obedecidas às especificações contidas nos anexos deste Edital.

6.1.4 – Ser entregue no local, na hora e dia designados no preâmbulo deste Edital.

6.1.5 – Ter prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da abertura dos envelopes de proposta de preços.

6.1.6 – O valor a ser oferecido para o fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais deverá ser expresso em reais e por extenso, no qual, o valor ofertado deverá ser único, independentemente de se tratar de passagem aérea nacional ou internacional;

6.1.7 – Declaração expressa de que no preço proposto estejam incluídos todos os custos diretos e indiretos, para perfeita execução do objeto licitado.

6.1.8 – Declaração expressa de que o preço das passagens aéreas será cotado em moeda nacional, incorporando os descontos promocionais concedidos pela Companhia Aérea, à época da emissão do bilhete, já consideradas todas as despesas, encargos incidentes direta ou indiretamente sobre a prestação dos serviços objeto deste Pregão.

6.2 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao valor ofertado, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

6.3 – Do valor ofertado, deverão ser deduzidos todos os tributos, taxas, encargos com salários e encargos sociais, fiscais e comerciais, bem como, ainda, quaisquer outras despesas relativas à operação, tais como: seguros, fretes, encargos trabalhistas e previdenciários, custos de emissão da apólice etc.

6.4 – Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.5 – A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

## **7 – DA HABILITAÇÃO – ENVELOPE Nº 02**

7.1 – Os Documentos de Habilitação deverão ser entregues em envelope individual, devidamente fechado e rubricado no fecho, identificado conforme indicado no item 5.1.

7.2 – O licitante deverá apresentar os seguintes Documentos de Habilitação, para participar da presente licitação:

### **7.2.1 – Relativo à Habilitação Jurídica:**

7.2.1.1 – Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo ANEXO 5.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

7.2.1.1 – Registro comercial, para empresa individual;

7.2.1.2 – Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores.

7.2.1.3 – Inscrição do ato Constitutivo, devidamente registrado, acompanhado de prova de diretoria em exercício, para as sociedades civis e demais entidades;

7.2.1.4 – Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim exigir.

**7.2.2 – Relativos à Regularidade Fiscal:**

7.2.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

7.2.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa à sede do licitante;

7.2.2.3 – Prova de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal da sede do licitante;

7.2.2.4 – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

7.2.2.5 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Nacional (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, dentro do prazo de validade;

7.2.2.6 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme a lei 12.440 de 07 de julho de 2011 que incluiu a obrigatoriedade de referida certidão, no inciso IV no art. 27 da lei 8.666/93.

**7.2.3 – Relativos à Qualificação Técnica:**

7.2.3.1 – No mínimo 02(duas) declarações expedidas por órgão público ou empresa privada, para as quais executou ou esteja executando a contento serviços semelhantes, que comprove o atendimento sem restrição, expedidos no prazo máximo de 02 (dois) anos da data de abertura dos envelopes.

7.2.3.2 – Carta da empresa proponente assinada por Diretor (es), ou pessoa legalmente habilitada, claramente afirmando:

- Estar ciente das condições do presente certame, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo CRMV-CE;



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

- Que executará o serviço e entregará o material de acordo com as especificações fornecidas pelo CRMV-CE, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.

#### **7.2.4 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

7.2.4.1 – Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

7.2.4.2 – Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedidos no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias antecedentes a abertura desta licitação.

7.2.5 – Declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato que possa impedir a sua habilitação neste certame, inclusive na vigência caso a ser contratual caso venha a ser contratado pelo CRMV-CE.

7.3 – Cumprimento do dispositivo no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

7.4 – Declaração para microempresa e empresa de pequeno porte.

7.5 – Certificado de registro da agência de viagem, fornecido pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR.

7.6 – Certificado de registro da agência de viagem, fornecido pelo Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias – SNEA.

### **8 – DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO**

8.1 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, em qualquer processo de cópia autenticada através de cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou de cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro.

8.2 – A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

8.3 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

8.4 – Se a documentação de habilitação não estiver completa ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu anexo e, deverá o Pregoeiro considerar o proponente inabilitado.

8.5 – Documentos apresentados com a validade expirada acarretarão a inabilitação do proponente.



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

8.6 – Todos os documentos apresentados deverão estar em nome e com CNPJ da matriz ou todos em nome e com CNPJ da filial, excetuando-se aqueles que só possam ser fornecidos pela matriz e, preferencialmente, com o respectivo endereço.

## **9 – DO VALOR DA OFERTA**

9.1 – O valor para a contratação dos serviços objeto deste certame está estimado, no presente exercício, em R\$ 33.400,75 (trinta e três mil e quatrocentos reais e setenta e cinco centavos).

9.1.1 – O valor acima indicado não constitui obrigação de dispêndio para o CRMV/CE, servindo apenas de subsídios às licitantes na formulação das propostas e ao Pregoeiro no julgamento destas.

9.1.2 – O Contrato a ser celebrado terá seu valor estimado, correndo as despesas decorrentes de sua execução às contas da Dotação Orçamentária de número:

|                             |                            |
|-----------------------------|----------------------------|
| Passagens para o País - PJ. | 6.2.2.1.1.01.02.02.006.092 |
|-----------------------------|----------------------------|

## **10 – DO REAJUSTAMENTO**

10.1 Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

10.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

## **11 – DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

11.1 – Serão desclassificadas, com base nos Art. 44, § 2º e 3º e 48, incisos I e II da lei nº 8.666/93, as propostas que não atenderem as exigências contidas neste ato convocatório.

## **12 – DO RECEBIMENTO E DA ABERTURA DOS ENVELOPES**

12.1 – Declarada a abertura da sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes, dando início ao recebimento dos envelopes.

12.2 – Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório.

12.3 – Serão abertos os envelopes contendo a “PROPOSTA DE PREÇO”, sendo feita sua conferência e posterior rubrica.



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

### 13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

13.1 – Será proclamado pelo Pregoeiro, o proponente que apresentar a proposta pelo critério de **MENOR VALOR OFERTADO PELA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS**, cobrada a cada utilização do serviço, e os que apresentarem as propostas com preços até 10% superiores àqueles. Se não houver pelo menos três ofertas de acordo com essa condição, serão proclamados os proponentes que apresentarem as melhores ofertas, até no máximo de 03 (três) ofertas, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

13.2 – Aos licitantes proclamados conforme subitem 13.1 será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescente em relação ao maior percentual de desconto.

13.3 – Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes no **Item 17** deste Edital.

13.4 – Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas definidas no objeto deste Edital e seus anexos, exclusivamente pelo critério **menor valor ofertado pela prestação do serviço de agenciamento de viagens**.

13.5 – Caso haja participação de microempresas e empresas de pequeno porte e sua(s) propostas(s) apresentada(s) sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada a preferência de contratação, respeitado o seguinte:

13.5.1 – A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de percentual de desconto superior àquela detentora do melhor lance ou percentual negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

13.5.2 – Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocados os licitantes remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese desta Condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

13.5.3 – No caso de equivalência dos percentuais de descontos pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos nesta Condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

13.5.4 – A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05(cinco) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

13.5.6 – Na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

13.5.7 – O disposto nesta condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresas ou empresas de pequeno porte;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

13.5.8 – Para os fins do disposto neste edital a microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar usufruir o tratamento favorecido estabelecido pela Lei Complementar nº. 123/2006, deverá encaminhar a este Conselho a declaração juntamente com os demais documentos necessários para habilitação, tudo conforme o artigo 11 do Decreto Federal nº. 6204/2007.

13.6 – Havendo aceitação da proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço, o Pregoeiro solicitará da respectiva licitante o encaminhamento dos documentos de habilitação.

13.7 – Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo o respectivo proponente declarado e a ele adjudicado o objeto deste Edital e seus anexos.

13.8 – Da reunião, lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e os licitantes presentes.

13.9 – Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seu anexo, a Proposta será desclassificada.

13.10 – Em caso de divergência entre informações contidas em documentação impressa e na Proposta específica, prevalecerão as da proposta.

## **14 – DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1 – Até 02(dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.

## **15 – DOS RECURSOS**

15.1 – Todos os recursos serão interpostos no final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões e contra-razões, podendo os interessados juntar memoriais no prazo de 03(três) dias úteis.

15.2 – Em casos especiais, quando complexas as questões debatidas, o Pregoeiro concederá àqueles que manifestarem a intenção de recorrer, prazo suficiente para apresentação das correspondentes razões, ficando os demais desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do decorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

15.3 – O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

15.4 – O acolhimento do recurso importará a invalidação dos autos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 – Os autos do processo permanecerão vista fraqueada aos interessados, no Gerência do CRMV-CE.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

## 16 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

16.1 – As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

|                             |                            |
|-----------------------------|----------------------------|
| Passagens para o País - PJ. | 6.2.2.1.1.01.02.02.006.092 |
|-----------------------------|----------------------------|

16.2 – De acordo com o artigo 64 da Lei nº. 9430, de 27.12.1996, os pagamentos efetuados por órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal a pessoas jurídicas, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços, estão sujeitos à incidência, na fonte, **do imposto sobre a renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição para seguridade social – COFINS e da contribuição para PIS/PASEP.**

16.2.1 – A tabela de bens e serviços a que se refere o item anterior está à disposição de todos os interessados no site da Receita Federal [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br), (IN SRF nº 1.234/2012, de 11 de janeiro de 2012, e por ocasião do pagamento, conforme o caso todos os impostos serão retidos na fonte conforme a legislação vigente).

16.2.2 – Além do recebimento/aceite dos produtos e/ou serviços, a Nota Fiscal deverá ser formulada, já constando os impostos que serão retidos, sob pena de devolução para correção, contando-se o prazo para o pagamento a partir do recebimento regular da mesma (IN SRF nº 1.234/2012, 11 de janeiro de 2012).

16.2.3 – Se a empresa vencedora for Optante pelo Simples, deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o Anexo IV da IN nº 1.244 de 30 de janeiro de 2012.

16.3 – O pagamento decorrente da prestação do serviço a que se refere o presente, será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento e aceitação da Nota Fiscal e/ou Fatura correspondente.

16.4 – Não serão aceitas cobranças de títulos através do sistema bancário, ou negociados com terceiros, inclusive “Factoring”.

## 17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 – Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato em 03 (três) dias úteis, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o CRMV/CE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no Contrato e das demais cominações legais;

17.2 – Sem prejuízo das penalidades previstas no subitem anterior, o Pregoeiro poderá desqualificar o licitante ou desclassificar a proposta comercial, bem como rescindir o contrato, sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante;



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

17.3 – O Pregoeiro poderá reconsiderar a punição aplicada, ou fazer subir o recurso à autoridade competente, devidamente informado, que decidirá pelo seu provimento ou não;

17.4 – Caso a licitante adjudicatária se recuse a assinar o Contrato ou, convidada a fazê-lo, não atenda no prazo fixado, garantida prévia e fundamentada defesa, será considerada inadimplente e estará sujeita à multa de 10% (dez) por cento do valor da contratação;

17.5 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a defesa prévia, a CONTRATADA ficará sujeita à multa de 10% (dez) por cento sobre o valor da contratação.

## **18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

18.1 – A CONTRATADA se responsabilizará, civil e penalmente, por todos os atos praticados pelos seus empregados na execução do contrato, bem como assumir os seguintes encargos, além daquelas obrigações elencadas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18.1.1 Em relação aos seus empregados será responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, tais como: pagamento de salários, seguros de acidentes, indenizações, recolhimento de taxas, contribuições, impostos e outros que, porventura, venham a ser criados e exigidos pelo Governo;

18.1.2 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação, em consonância com o disposto no art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93;

18.1.3 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões no objeto do contrato, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

18.1.4 A licitante vencedora deverá cumprir, rigorosamente, tudo aquilo que está avençado neste Contrato, não podendo sob qualquer hipótese alegar fatos supervenientes que contrariem o seu perfeito funcionamento.

## **19 – DAS PROIBIÇÕES**

19.1 Os serviços especificados neste Edital não excluem outros similares que, porventura, se façam necessários para a boa execução destes.

19.2 É, expressamente, proibido, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do Contrato, a contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do CRMV/CE.

19.3 A CONTRATADA fica, expressamente, proibida de veicular publicidade acerca do objeto do Contrato, salvo por expressa autorização do CRMV/CE emitida em Sessão Plenária Ordinária;

19.4 É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução dos serviços objeto deste Contrato, salvo nos casos apresentados e devidamente autorizados pelo CRMV/CE por ato de sua Diretoria Executiva.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

## **20 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRANTE**

20.1 - O CRMV/CE obriga-se a proporcionar as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar sua obrigação, dentro da normalidade do Contrato.

20.2 - Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar os serviços, objeto deste Contrato, através de seu preposto devidamente designado.

20.3 - Comunicar à CONTRATADA as irregularidades na execução dos serviços.

20.4 - Aplicar à CONTRATADA as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

20.5 - Rescindir o Contrato pelos motivos previstos nos artigos 77 e 78 e nas formas do artigo 80, todos da Lei 8.666/93.

20.6 - Realizar o pagamento pela execução do Contrato.

20.7 Proceder à publicação resumida do instrumento de Contrato.

## **21 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1 – É facultado ao CRMV-CE, quando o convocado não cumprir o prazo e condições estabelecidas, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar o pregão Presencial.

21.2 – É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.3 – Fica assegurado ao CRMV-CE o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

21.4 – Os proponentes assumem todos os custos de preparação de suas propostas e o CRMV-CE não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.5 – Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6 – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

21.7 – O proponente que vier a ser contratado, ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

21.8 – O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública de pregão;

21.9 – As normas que disciplinam este pregão sempre interpretado em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato;

21.10 – o foro para dirimir questões relativas ao presente Edital, será o foro de Fortaleza/CE, a Justiça Federal, Seção Judiciária de Fortaleza/CE, com exclusão de qualquer outro.

Fortaleza, CE, 22 de maio de 2018.

**Méd. Vet. Célio Pires Garcia**  
Presidente  
CRMV-CE nº. 1157



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial Nº 03/2018**

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aéreo nacional e internacional, para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV-CE, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

1.2. Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto representa toda a contratação. Trecho compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. O CRMV-CE necessita da continuidade dos serviços, tendo em vista a expiração do atual contrato, não havendo interesse de uma nova prorrogação.

2.2. Necessidade de deslocamento aéreo para participar de eventos, tais como: reuniões, congressos, conferências, exposições, solenidades, simpósios, consultorias, dentre outras eventos que sejam correlacionados às atribuições institucionais.

3. DOS SERVIÇOS

3.1. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

a) Disponibilizar um canal de atendimento, com linhas telefônicas próprias, inclusive para Fac-símile; e-mail's, 1 (um) equipamento (microcomputador com acesso à Internet), por atendente, integrado às companhias aéreas, e demais equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, para a obtenção das facilidades abaixo:

- execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
- emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- consulta e frequência de voos e equipamentos, “on-line”;
- consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- impressão de consultas formuladas;
- alteração/remarcação de bilhetes; e - combinação de tarifa.

b) Manter para o contratante ou à sua disposição, a qualquer momento, em horário compreendido entre 08:00 às 20:00h, de segunda a sexta-feira, posto de atendimento com



## Serviço Público Federal

### Conselho Federal de Medicina Veterinária

#### Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

funcionários suficientes para atender prontamente às solicitações decorrentes dos serviços relacionados na alínea “a” deste subitem. Após o horário estipulado nesta alínea, nos fins de semana e feriados, a contratada deverá indicar o(a) empregado(a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos e celulares.

- c) Prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de voos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes.
- d) Proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea emitida pelo contratante.
- e) Proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa.
- f) Efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias.
- g) Repassar, integralmente, todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas; e
- h) Fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, a comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

#### 4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

4.1. A licitante vencedora deverá iniciar a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência, imediatamente após a assinatura do contrato, sendo que para a instalação do posto de atendimento, disporá do prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

4.2. A contratada deverá entregar os bilhetes de passagens aéreas nacionais em até 48 (quarenta e oito) horas e internacionais em até 72 (setenta e duas) horas, após a solicitação, diretamente ao requisitante.

4.3. Excepcionalmente, em caráter de urgência, a emissão de bilhete de passagem aérea poderá ser solicitada pelo CRMV-CE, sem a obediência aos prazos previstos no subitem 4.2, devendo à contratada, nesse caso, atendê-lo com a agilidade requerida.

#### 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar fielmente o contrato de acordo com as cláusulas avençadas.

5.2. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo de Referência, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

5.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização do CRMV-CE, cujas obrigações deverão atender prontamente.

5.4. Manter preposto para representá-la quando da execução do contrato.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

- 5.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa, ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do CRMV-CE.
- 5.6. Arcar com os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, bem como os tributos resultantes do cumprimento do contrato.
- 5.7. Manter um supervisor responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto para tratar com o CRMV-CE, sobre assuntos relacionados à execução do contrato.
- 5.8. Reservar, emitir, marcar, remarcar e cancelar bilhete de passagens aéreas, nacionais e internacionais, com fornecimento do referido bilhete ao interessado ou bilhete eletrônico, quando fora da Sede do CRMV-CE, no Brasil ou no exterior.
- 5.9. Efetuar pesquisa nas companhias aéreas, por meio de sistema informatizado de pesquisa próprio, indicando obrigatoriamente o menor preço dentre os oferecidos, inclusive aqueles decorrentes de tarifas promocionais ou reduzidas para horários compatíveis com a programação da viagem.
- 5.10. Entregar bilhete de passagem fora do horário de expediente, em local indicado pelo contratante.
- 5.11. Solucionar os problemas que venham a surgir, relacionados com reservas de passagens, tarifas de embarque e quaisquer outras logísticas de embarque, em aeroportos no Brasil ou no exterior.
- 5.12. Reembolsar ao CRMV-CE o valor correspondente ao preço da passagem aérea, subtraído do valor referente à multa de reembolso e demais taxas fixadas por dispositivos legais que regulam a matéria, devidamente comprovado, em virtude da não utilização do bilhete, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, inclusive em decorrência da rescisão ou extinção contratual.
- 5.13. Fornecer, juntamente com o faturamento, os créditos decorrentes de passagens e/ou trechos não utilizados no período a que se refere o faturamento, efetuando, no mesmo, o respectivo abatimento.
- 5.14. Reembolsar, pontualmente, as companhias aéreas, independentemente da vigência do contrato, não respondendo o CRMV-CE solidária ou subsidiariamente por este reembolso, que é de inteira responsabilidade da contratada.
- 5.15. Manter atualizada a relação das companhias filiadas e com as quais mantenha convênio, informando periodicamente ao CRMV-CE as inclusões e/ou exclusões.
- 5.16. Dotar de infraestrutura adequada, para o Atendimento citado no subitem 3.1, com pessoal qualificado, necessário e suficiente para a prestação dos serviços contratados, como também responsabilizar-se pela manutenção dos recursos nele alocados.
- 5.17. Empregar, na execução dos serviços, profissionais capacitados, especializados no trato de tarifas e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

5.17.1. Substituir de imediato os empregados entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

5.18. Arcar e responsabilizar-se com as despesas diretas e indiretas, tais como: salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda o contratante isento de qualquer vínculo empregatício com os mesmos.

5.19. Comunicar de imediato ao CRMV-CE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação de serviços, prestando os esclarecimentos que julgar necessários.

5.20. Fornecer, a qualquer momento, quando solicitado pelo contratante, declaração expedida por companhias aéreas legalmente estabelecidas no País, de que é autorizada a comercializar passagens em seu nome; que possui idoneidade creditícia; que se encontra em dia com suas obrigações contratuais e financeiras perante as mesmas e que dispõe de terminal para reservas.

5.21. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.22. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades, objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização do contratante.

5.23. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e,

5.25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços avençados, sem prévia e expressa anuência do contratante.

5.26. Emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

## 6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por um representante especialmente designado, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

6.2. Permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências do CRMV-CE para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados.

6.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços realizados em desacordo com este Termo de Referência.

6.4. Proceder ao pagamento do contrato, na forma e no prazo pactuado.

6.5. Comunicar à contratada a quantidade de bilhetes a serem fornecidos, indicando trechos



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

e locais.

6.6. Emitir as requisições de passagens aéreas, numeradas em sequência e assinadas pela autoridade competente.

6.7. Proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da prestação dos serviços contratados.

6.8. Notificar, por escrito, à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

6.9. Realizar pesquisas nas companhias aéreas, bem como solicitar e verificar a pesquisa de preços das passagens feitas pela contratada, comparando-os com os praticados no mercado.

6.10. Notificar, por escrito, a contratada, a disposição de aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

6.11. Solicitar formalmente à contratada, no caso de não utilização de bilhete de passagem, em seu percurso total ou parcial, o ressarcimento do valor correspondente ao trecho (crédito), situação em que a contratada deverá emitir a correspondente Nota de Crédito que, por medida de simplificação processual, deve se dar mediante glosa dos valores respectivos na própria fatura mensal apresentada pela contratada.

6.12. Quando da efetuação da glosa, eventuais multas aplicadas pelas companhias aéreas em razão do cancelamento das passagens aéreas não utilizadas deverão ser consideradas.

6.13. Os valores não processados na fatura relativa ao mês da ocorrência deverão ser processados na próxima fatura emitida pela contratada.

6.14. Quando do encerramento ou rescisão contratual, na impossibilidade de reversão da totalidade dos cancelamentos efetuados, o montante a ser glosado poderá ser deduzido da garantia apresentada na contratação, ou ser reembolsado ao CRMV-CE mediante recolhimento do valor respectivo por meio de depósito em conta bancária a ser informado pelo Contratante.

6.15. Definir a reserva da passagem aérea ao menor preço e em classe executiva, econômica, observando a categoria, sem prejuízo do estabelecido nos incisos II e III do art. 27 do Decreto nº 71.733, de 1973 (alterado pelo art. 1º do Decreto nº 3.643, de 2000) e na Portaria nº 505, de 29 de dezembro de 2009, considerando-se o horário e o período da participação do servidor no evento, a pontualidade, o tempo de traslado e a otimização do trabalho, visando garantir condição laborativa produtiva.

## 7. DO PREÇO

7.1. O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

## 8. DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA À AGÊNCIA DE VIAGENS

8.1. A remuneração total a ser paga à agência de viagens será apurada a partir da soma do



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

valor ofertado pela prestação de serviço de Agenciamento de Viagens compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento abrangidos por passagem aérea nacional e internacional, multiplicado pela quantidade de passagens aéreas emitidas no período faturado.

8.2. O CRMV-CE pagará, ainda, à contratada o valor da passagem aérea acrescido da taxa de embarque emitidas no período faturado.

8.3. A contratada deverá emitir faturas e/ou notas fiscais distintas, uma contendo o valor do Serviço de Agenciamento de Viagens e outra com o valor das passagens aéreas acrescido da taxa de embarque.

9. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

| PLANILHA ORÇAMENTÁRIA   |  |   |                                     |
|---|--|---|-------------------------------------|
| ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE, DETALHAMENTO E PREÇO.  |  |   |                                     |
| ESTIMATIVA DO ÓRGÃO/ENTIDADE  |  |   |                                     |
| OBJETO: Prestação do Serviço de Agenciamento de Viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional e internacional, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência. |  |   |                                     |
| ITEM  | DESCRIÇÃO                                      | VALOR ESTIMADO A SER COTADO NO PREGÃO PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGEM (emissão, remarcação e cancelamento). | TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO |
| 1   | Taxa Administrativa de agenciamento de Viagens | R\$ 44,30   | R\$ 33.400,75                       |

9.1.1. Os valores informados, no demonstrativo acima, são estimativos e não indicam qualquer compromisso futuro para o CRMV-CE.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2018, correrão à conta da Dotação Orçamentária do CRMV-CE, Natureza da Despesa: (Passagens para o País - PJ.), Fonte: 622.11.01.02.02.006.092, conforme quadro abaixo:

|                             |                            |
|-----------------------------|----------------------------|
| Passagens para o País - PJ. | 6.2.2.1.1.01.02.02.006.092 |
|-----------------------------|----------------------------|

11. DA FORMA DE PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado quinzenalmente até o 5º (quinto) dia útil a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada da comprovação de recolhimento dos encargos sociais e dos demonstrativos, devidamente atestada pelo setor competente, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

12. DO REAJUSTAMENTO

12.1 Decorridos 12(doze) meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

12.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.4 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

### 13. DA GARANTIA CONTRATUAL.

13.1. A contratada deverá prestar garantia para assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratado, apresentando ao contratante, até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, comprovante de uma das modalidades de garantia prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93.

### 14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

14.1 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução dos serviços, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa:

b.1) compensatória no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela recusa em assinar o contrato, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

b.2) moratória no percentual correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

b.3) moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do serviço de Agenciamento de Viagens, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

14.2.1. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

14.2.2. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do subitem 13.2 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.2.3. A sanção estabelecida na alínea “d” do subitem 13.2 é de competência exclusiva do Ministro de Estado, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

14.3. As multas deverão ser recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo (órgão ou entidade).

14.4. O valor das multas poderá ser descontado da nota fiscal, da garantia ou do crédito existente no (órgão ou entidade) em relação à contratada. Caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

14.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado.

14.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso da aplicação da penalidade descrita na alínea “d” do subitem 14.2, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Termo e das demais cominações legais.

14.7. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14.8. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado o contraditório e a ampla defesa.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO.

15.1 A vigência do contrato deverá obedecer ao disposto no caput do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DO ENQUADRAMENTO DO OBJETO A SER CONTRATADO.

16.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão, na sua forma eletrônica.

17. DA FISCALIZAÇÃO

17.1. O CRMV-CE designará um fiscal para acompanhar a execução do contrato, que registrará em relatório todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Fortaleza, 22 de maio de 2018.

---

**Pedro Alves de Oliveira Neto**

Pregoeiro

Matr. nº 036

**Despacho: Aprovo o presente Termo de Referência, com fundamento no artigo 3º da Lei nº 10.520/02, de 17/6/2000, publicado no DOU de 18/07/2002.**

**Fortaleza, 22 de maio de 2018.**

**Méd. Vet. Célio Pires Garcia**

**Presidente**

**CRMV-CE nº 1157.VP**



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial 03/2018**

**ANEXO 2**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATOS IMPEDITIVOS**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF xxxxxxxxxxxxxxxx, sediada (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

---

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS: Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial 03/2018**

**ANEXO 3**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE EMPREGADOS MENORES**

(Nome da Empresa), CNPJ/MF Nº, sediada, (endereço completo), declara que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16(dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14(quatorze) anos, em observância à Lei Federal nº 9854/99, que altera a Lei nº 8666/93.

---

(Local e Data)

---

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS:1) Está declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

2) Se a empresa licitante possuir menores de 14(quatorze) anos aprendizes deverá declarar essa condição.





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial 03/2018**

**ANEXO 4**

**MODELO DE CARTA-PROPOSTA PARA FORNECIMENTO**

Ao  
Pregoeiro do CRMV-CE  
Prezado Senhor,

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 – Carta Proposta de Fornecimento.**

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme Anexo I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:**

Razão Social:  
CNPJ e Inscrição Estadual:  
Nome e Cargo do Representante legal que assinará o Contrato:  
RG e CPF:  
Endereço e telefone:  
Agência e nº da conta bancária para depósito da importância.

**2. CONDIÇÕES GERAIS**

2.1 – A licitante declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

A proposta terá validade de 60(sessenta) dias, a partir da data de abertura do pregão.

**PROPOSTA:**

2.2 - O preço proposto acima contempla todas as despesas necessárias ao pleno fornecimento, tais como os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas etc.), cotados separados e incidentes sobre o fornecimento.

LOCAL E DATA

---

**ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE**  
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial 03/2018**

**ANEXO 5**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS  
CONDIÇÕES DO EDITAL**

Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos os termos constantes no Edital do Pregão Presencial 03/2018, bem como temos condições de atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive quando a documentação que deverá ser apresentada para fins de habilitação.

LOCAL E DATA:

---

**ASSINATURA E CARIMBO DO REPRESENTANTE**  
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

**Licitação na Modalidade Pregão Presencial 03/2018**

**ANEXO 6**

**Minuta de Contrato**

TERMO DE CONTRATO QUE  
ENTRE SI FAZEM O CONSELHO  
REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA  
DO ESTADO DO CEARA E A EMPRESA  
\_\_\_\_\_ PARA  
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE  
FORNECIMENTO DE PASSAGENS  
AÉREAS.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINARIA DO ESTADO DE CEARA, entidade fiscalizadora do exercício profissional, neste ato denominada CONTRATANTE, com sede na Rua Dr. José Lourenço, nº. 3288 – Joaquim Távora – Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o nº. 06.622.443/0001-09, representado pelo seu Presidente, e de outro lado à empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº. \_\_\_\_\_, estabelecida no \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representado por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, e CPF nº \_\_\_\_\_, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por procuração, têm entre si justo e avançado, e celebram o presente contrato para prestação dos serviços de reserva, marcação e emissão de passagens aéreas nacionais e internacionais, do qual serão partes integrantes o edital do Pregão Presencial nº. 03/2018 e a proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº. 8.666/93, suas Alterações e demais legislação aplicável à espécie, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 – Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de Agenciamento de Viagens, sob demanda, compreendendo os serviços de emissão, remarcação e cancelamento de passagem aéreo nacional e internacional, para o Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará – CRMV-CE, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência. Passagem aérea compreende o trecho de ida e o trecho de volta ou somente um dos trechos, nos casos em que isto representa toda a contratação. **Trecho:** compreende todo o percurso entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou serem utilizadas mais de uma companhia aérea.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

2.1 – Solicitar o fornecimento dos bilhetes de passagens, através da emissão de “Requisição de Passagens”;

2.2 – Verificar a manutenção, pela CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

2.3 – Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

2.4 – Comunicar à CONTRATADA, qualquer irregularidade que se verificar no fornecimento dos bilhetes de passagens e serviços correlatos, podendo interromper imediatamente a prestação dos serviços;

2.5 – Constituem obrigações da CONTRATADA todas aquelas elencadas no Anexo I do pregão Presencial nº 03/2018.

2.6 – Supervisionar a execução dos serviços de fornecimento das passagens, por intermédio do Setor de Compras ou através de servidor oportunamente designado para representá-lo;

2.7 – Atestar as faturas correspondentes aos serviços.

### **CLAUSULA TERCEIRA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**

3.1. Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá:

a) Disponibilizar um canal de atendimento, com linhas telefônicas próprias, inclusive para Fac-símile; e-mail's, 1 (um) equipamento (microcomputador com acesso à Internet), por atendente, integrado às companhias aéreas, e demais equipamentos/mobiliários necessários e suficientes para a prestação dos serviços contratados, para a obtenção das facilidades abaixo:

- execução de reserva automatizada, “on-line” e emissão de seu comprovante;
- emissão de bilhetes automatizados, “on-line”;
- consulta e informação de melhor rota ou percurso, “on-line”;
- consulta e frequência de vôos e equipamentos, “on-line”;
- consulta à menor tarifa disponível, “on-line”;
- impressão de consultas formuladas;
- alteração/remarcação de bilhetes; e - combinação de tarifa.

b) manter para o contratante ou à sua disposição, a qualquer momento, em horário compreendido entre 08:00 as 20:00h, de segunda a sexta-feira, posto de atendimento com funcionários suficientes para atender prontamente as solicitações decorrentes dos serviços relacionados na alínea “a”, deste subitem. Após o horário estipulado nesta alínea, nos fins de semana e feriados, a contratada deverá indicar o (a) empregado (a) para atender os casos excepcionais e urgentes, disponibilizando para o contratante, plantão de telefones fixos e celulares;

c) prestar assessoramento para definição de melhor roteiro, horário e frequência de vôos (partida/chegada), melhores conexões e das tarifas promocionais à retirada dos bilhetes;

d) proceder a emissão de bilhetes por meio de requisição de passagem aérea emitida pelo contratante;



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

- e) proceder a emissão de bilhetes eletrônicos para outras localidades no Brasil e no exterior, à disposição do passageiro, na companhia mais próxima ou nos aeroportos, informando o código e a empresa;
- f) efetuar o endosso de passagem respeitando o regulamento das companhias;
- g) repassar integralmente todos os descontos promocionais de tarifas reduzidas, concedidos pelas companhias aéreas; e
- h) fornecer, sempre que solicitado pelo contratante, à comprovação dos valores vigentes das tarifas à data da emissão das passagens, por companhia aérea.

3.2 – Substituir ou complementar às suas despesas, no total ou em parte, os serviços efetuados em que se verificarem incorreções resultantes do preenchimento dos bilhetes;

3.3 – Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados por ocasião da emissão e entrega dos bilhetes;

3.4 – Executar, como parte integrante de suas obrigações, os serviços que, mesmo não previstos no objeto, se façam necessários ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas junto ao CONTRATANTE;

3.5 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão Presencial nº 003/2018.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS**

4.1 – São pactuados também, neste ato, o seguinte:

4.1.1 – É expressamente proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência deste termo a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE;

4.1.2 – É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade, em benefício próprio, acerca dos serviços a que se refere este Contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do CONTRATANTE;

4.1.3 – É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços objeto deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS**

5.1 – O preço das passagens aéreas, a ser cobrado pela contratada, deverá estar de acordo com as tabelas praticadas pelas companhias aéreas, inclusive em casos de tarifas promocionais, nas formas estabelecidas pelos órgãos governamentais reguladores.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DA TARIFA**

6.1 – O valor da tarifa a ser considerado será aquele praticado pelas companhias de serviços de transporte aéreo.



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

6.1.1 – Serão repassadas ao CONTRATANTE as tarifas promocionais sempre que forem cumpridas as exigências legais para esse fim.

6.1.2 – A Administração do CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar, sempre que julgar necessário, a comprovação do valor vigente das tarifas, à data da emissão das passagens.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE**

7.1. Decorridos doze meses da data da assinatura do contrato, o seu valor poderá ser reajustado, alcançando a data de formulação da proposta e aplicando-se o índice IPCA acumulado no período, a requerimento da contratada e caso se verifique hipótese legal que autorize reajustamento.

7.2 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.3 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, às partes elegerá novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE**

8.1 – A vigência do Contrato será de 12(doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado nos moldes da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1 – Durante a vigência deste Contrato, o fornecimento dos bilhetes será acompanhado e fiscalizado, pela Funcionária Valdênia Pereira da Silva – Matr. nº 048, podendo, ainda indicar representantes legais para tomada das providências que se fizerem necessárias.

9.2 – O representante anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços mencionados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

9.3 – As decisões e providências que ultrapassarem a competência do servidor, representante, serão solicitadas a Administração, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

9.4 – O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa ou indenizações devidas pela CONTRATADA nos termos deste Contrato.

9.5 – A CONTRATADA devesse manter preposto, aceito pela Administração do CONTRATANTE durante a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão Presencial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO**

10.1 – O pagamento será feito, mensalmente, até o 5º(quinto) útil dia, após a apresentação de Faturas e/ou Nota Fiscal em 02(duas) vias, devidamente atestada pelo Órgão responsável. Em



Serviço Público Federal

Conselho Federal de Medicina Veterinária

Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

conjunto com a Fatura e/ou nota fiscal, a empresa vencedora do certame deverá apresentar às certidões negativas do INSS e FGTS dentro prazo de validade.

10.2 – Na oportunidade do pagamento da fatura, a CONTRATANTE efetuara a retenção de tributos e contribuições incidente previstas na Instrução Normativa SRF nº 1.234/2012, 11 de janeiro de 2012.

10.3 – Caso o faturamento apresente alguma incorreção, os documentos de cobrança serão devolvidos à CONTRATADA para regularização e pagos em até 72(setenta e duas) horas, a contar de sua nova aceitação, valendo a data acima como o do novo adimplemento, não sendo devida, em nenhuma hipótese, atualização financeira.

10.4 – O CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar-se a efetuar o pagamento se, na ocasião prevista para a atestação, os serviços não estiverem, comprovadamente, sendo prestado a inteiro contendo de acordo com proposto, aceito e contratado.

10.5 – O CONTRATANTE reserva-se, ainda, o direito de, caso necessário, somente efetuar o pagamento dos serviços prestados após a comprovação do pagamento dos correspondentes salários dos empregados da CONTRATADA e dos respectivos encargos sociais.

10.6 – Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação dos serviços, o período correspondente não gera obrigação de pagamento.

10.7 - Se a empresa vencedora for Optante pelo Simples deverá apresentar juntamente com a Nota/Fatura a Declaração a que se refere o Anexo IV da IN nº 1.244 de 30 de janeiro de 2012.

10.8 - As despesas decorrentes desta contratação, para o exercício de 2018, correrão à conta da Dotação Orçamentária do CRMV-CE, Natureza da Despesa: (Passagens para o País - PJ. - PJ. - PJ.), Fonte: 6.2.2.1.1.01.02.02.006.092, conforme quadro abaixo:

|                             |                            |
|-----------------------------|----------------------------|
| Passagens para o País - PJ. | 6.2.2.1.1.01.02.02.006.092 |
|-----------------------------|----------------------------|

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

11.1 – A lavratura do presente Contrato refere-se ao Pregão Presencial nº 03/2018, realizada com fundamento nos Artigos 22, inciso I, § 1º e 23, inciso II, alínea “C” c/c art.62, todos da lei nº 8.666/93.

11.2 – Os serviços foram adjudicados em favor da CONTRATADA, conforme homologação do processo licitatório pelo Presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará, tomando como base o disposto no artigo 43, inciso VI, da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

12.1 – A execução deste Contrato, bem como os casos nele omissos, regulam-se pelas cláusulas contratuais, aplicando-se-lhe supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos, as disposições de direito privado.



Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

13.1 – O Contrato a ser firmado poderá ser alterado, nos casos previstos no Artigo 65, da Lei nº 8.666/93 desde que haja interesse da Administração do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará, com a apresentação das devidas justificativas adequadas a este Pregão Presencial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES**

14.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a Administração do CONTRATANTE, poderá garantida a previa defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.1.1 – Advertência:

14.1.2 – Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente;

14.1.3 – Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o CRMV-CE;

14.2 – Pelos motivos que se seguem, principalmente, a CONTRATADA estará sujeita à multa tratada na Cláusula anterior;

14.2.1 – Atraso na execução dos serviços, em relação ao pedido efetuado;

14.2.2 – Não repasse da(s) tarifa(s) promocional (is), cujo(s) pedido(s) foi (ram) feitos(s) com antecedência necessária.

14.3 – Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

14.4 – Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores do CONTRATANTE e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO**

15.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos Artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93:

15.1.1 – Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2 – A rescisão do Contrato poderá ser:

15.2.1 – Determinada por ato unilateral e escrita da Administração do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com a antecedência mínima de 30(trinta) dias;





Serviço Público Federal  
Conselho Federal de Medicina Veterinária  
Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Ceará - CRMV-CE

15.2.2 – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste processo licitatório, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;

15.2.3 – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

15.3 – A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1 – Fica eleito o foro de Fortaleza para dirimir qualquer duvida decorrente da execução do presente Contrato.

16.2 – E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente contrato, em 02(duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Fortaleza,CE. \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
**Conselho Regional de Medicina Veterinária do Ceará**  
**Med. Vet. Célio Pires Garcia**  
**Presidente**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADO**

**TESTEMUNHAS:**

|                   |                   |
|-------------------|-------------------|
| <b>Nome</b>       | <b>Nome</b>       |
| <b>CPF</b>        | <b>CPF</b>        |
| <b>Assinatura</b> | <b>Assinatura</b> |